

O documento básico da área externa

E a seguinte a íntegra do documento distribuído ontem pelo Conselho Monetário Nacional sobre os instrumentos e objetivos que orientarão a política de governo na área externa:

I. Objetivos e Instrumentos

II. Balanço de Pagamentos em 1981

II. 1 — Balança Comercial

II. 1.1 — Exportações

II. 1.2 — Importações

II. 2 — Serviços

II. 3 — Captação de Recursos Externos

III. Indicadores da Dívida Externa

I. Objetivos e Instrumentos

O programa de correção dos desequilíbrios do setor externo da economia brasileira tem como objetivo fundamental reduzir o déficit do balanço de pagamentos em transações correntes, especialmente através do fortalecimento da balança comercial.

2. A realização desse objetivo se viabilizará mediante a conjugação dos seguintes instrumentos básicos:

a) Políticas monetária e fiscal voltadas para o controle gradual da demanda agregada e o estímulo à oferta de setores prioritários (exportação, agricultura e energia);

b) Política cambial;

c) Política comercial;

d) Política energética; e

e) Política de desenvolvimento agrícola.

3. Os instrumentos listados nos itens "a" e "b" são importantes no processo de ajustamento a curto prazo, enquanto os três últimos farão sentir seus efeitos a médio e longo prazos, possibilitando a correção dos desequilíbrios fundamentais no balanço de pagamentos do País.

4. O rigor na execução de políticas monetária e fiscal austeras já definidas pelo governo, especialmente na formulação do orçamento monetário para 1981 (50% de expansão monetária) e na fixação de tetos para os dispêndios das empresas estatais (73% de crescimento em 1981), deverá refletir-se positivamente na balança comercial, pelas seguintes razões:

a) A demanda agregada deverá ter sua expansão amortecida, reduzindo a procura por importações;

b) A estocagem especulativa de produtos importados será dificultada pela contenção do crédito e flexibilização das taxas de juros;

c) A poupança interna, sob o estímulo do novo enfoque para a correção monetária e para as taxas de juros, deverá ser ampliada, inibindo o crescimento do consumo, com o que parcela maior do Produto Interno Bruto poderá ser destinada à exportação. Simultaneamente reduzirá-se o hiato de recursos com menor pressão sobre os financia-

DISCRIMINAÇÃO	1980 (P)	Hipótese I (Básica)	Hipótese II	Hipótese III
I. BALANÇA COMERCIAL	-2,8	+1,0	0,0	-1,0
— Exportações	20,1	26,0	25,0	24,0
— Produtos Primários	9,3	11,0	10,7	10,0
— Produtos Industrializados (*)	10,8	15,0	14,3	14,0
— Importações	22,9	25,0	25,0	25,0
— Petróleo Bruto	9,8	9,8	9,8	9,8
— Demais Importações	13,1	15,2	15,2	15,2
II. SERVIÇOS	-9,5	-11,0	-11,0	-11,0
— Juros (Líquido)	-5,9	-6,7	-6,7	-6,7
— Outros (Líquido)	-3,6	-4,3	-4,3	-4,3
III. TRANSFERÊNCIAS UNILATERAIS	0,2	—	—	—
IV. TRANSAÇÕES CORRENTES	-12,1	-10,0	-11,0	-12,0
V. MOVIMENTO DE CAPITAIS	9,3	10,0	11,0	12,0
— Investimentos (Líquido)	1,2	2,0	2,0	2,0
— Financiamentos de organismos internacionais, agências governamentais e supplier's credits (**)	3,0	3,0	3,0	3,0
— Empréstimos em moeda e outros capitais	12,1	13,0	14,0	15,0
— Amortizações	-7,0	-8,0	-8,0	-8,0
VI. ERROS E OMISSÕES	-0,7	—	—	—
VII. SUPERÁVIT/DÉFICIT (-)	-3,5	0,0	0,0	0,0

(*) — Inclui transações especiais e exclui açúcar cristal e refinado e café solúvel.

(**) — Inclui financiamentos brasileiros do exterior (Líquido).

P — Dados preliminares.

mentos externos. Vale notar que os resultados já obtidos em 1980 com a significativa desaceleração monetária (base monetária caindo de uma taxa de expansão de 84% em 1979 para 54% e meios de pagamento de 84% para 70%) assim como a acumulação de um superávit efetivo de caixa do Tesouro de cerca de Cr\$ 313 bilhões (cerca de US\$ 5 bilhões), em contraste com superávit de Cr\$ 2,3 bilhões em 1979, utilizado para financiar subsídios implícitos do orçamento monetário, já permitem antecipar efeitos favoráveis sobre a inflação e o balanço de pagamentos ao longo de 1981.

Parcela maior do PIB será destinada à exportação

5. A política cambial será administrada de forma a sustentar a competitividade das exportações brasileiras. A prática das minidesvalorizações a intervalos curtos e incertos será mantida e, com a flexibilidade das taxas de juros domésticos, se poderá conciliar os objetivos de melhoria da balança comercial com as necessidades de estimular a captação de recursos externos pelo setor privado.

6. Na área da política de crédito às exportações, volume substancial e crescente de financiamento será colocado à disposição do setor, procurando-se simultaneamente:

a) Reduzir a dependência desses créditos em relação à emissão primária de moeda, mediante o desenvolvi-

mento de fontes de recursos não inflacionários, de que é exemplo a subscrição de ORTN no valor de Cr\$ 110 bilhões pela Caixa Econômica Federal e a utilização do excedente fiscal relativo à arrecadação do Imposto sobre Operações Financeiras, com a respectiva elevação da alíquota sobre as operações de câmbio de importação de bens e serviços, de 15 para 25%;

b) Utilizar recursos disponíveis nos mercados financeiros internacionais para financiar as exportações brasileiras via "buyer's credits", onde se inclui a integração, nesse processo, de bancos internacionais.

7. Em relação à política comercial, dois serão os pontos básicos. Primeiro, a contínua diversificação de produtos e mercados, de modo a assegurar a expansão das exportações, mesmo em períodos de menor crescimento do comércio e da economia mundiais. Neste particular, cabe destacar o excelente potencial representado pela exportação de serviços que será altamente utilizado em 1981. Segundo, o esforço para ampliar o acesso das pequenas e médias empresas ao mercado internacional, de modo a utilizar com eficiência as margens de capacidade ociosa muitas vezes existentes.

8. A política energética constitui elemento fundamental para o equilíbrio a médio e longo prazos do balanço de pagamentos do País. Continuará sendo agilizadora, ainda com maior ênfase, no sentido de estimular a economia de petróleo e viabilizar o desenvolvimento e a utilização de fontes alternativas de energia de origem doméstica. Para 1981, a meta fixada é a de reduzir

o volume físico de importações de petróleo para a média diária de 750 mil barris em contraste com 929 mil obtidos em 1980.

9. Finalmente, a política de desenvolvimento agrícola constitui a terceira área de ajustamento a longo prazo do balanço de pagamentos, pela contribuição que dará ao crescimento das exportações e à substituição de importações, não só de alimentos e matérias-primas como também do próprio petróleo pela ênfase atribuída à utilização energética da biomassa.

10. Evidentemente, o processo de ajustamento a longo prazo do balanço de pagamentos pressupõe a transposição de um período durante o qual, não obstante as melhorias de curto prazo que se podem esperar, como resultado principalmente das políticas monetária, fiscal e cambial, se fará necessária a captação de recursos externos por valores significativos, ainda que em ritmo decrescente.

11. Dessa forma, e considerando a necessidade de minimizar o crescimento da dívida externa e de manter as reservas internacionais em níveis adequados, a política de financiamento do balanço de pagamentos contemplará os seguintes principais aspectos:

a) Manutenção dos estímulos à captação de recursos externos pelo setor privado;

b) Uso intenso dos mecanismos de "supplier's credits", agora reforçados pela implementação da Resolução nº 638 do Banco Central, que torna compulsório o financiamento de grande parcela das importações;

c) Continuidade e aprimoramento de mecanismos de refinanciamento das expor-

tações brasileiras, negociando-se os papéis representativos das exportações financiadas;

d) Diversificação de mercados, com destaque para a ampliação do relacionamento com os países árabes;

e) Diversificação de instrumentos ("comercial papers", "leasing") e contínua busca de novas fontes de recursos;

f) Administração da absorção de recursos pelo setor público de maneira coerente com o disciplinamento do seus investimentos, com as prioridades setoriais (agricultura, energia e exportações) e a minimização do ritmo de expansão da dívida externa.

II. Balanço de Pagamentos em 1981

II. 1 — Balança Comercial

12. Com base nos dados e informações disponíveis, as perspectivas para a balança comercial em 1981 permitem adotar, como hipótese básica de trabalho, um superávit de US\$ 1,0 bilhão, com exportações de US\$ 26 bilhões e importações de US\$ 25 bilhões (tabela I, hipótese I).

13. Evidentemente, tais projeções admitem variações decorrentes da conjugação de alguns eventos, fora do controle das autoridades brasileiras, que poderão influenciar as exportações (preços de determinados produtos básicos — café, soja, açúcar e cacau) e as importações (especialmente com relação a preços e quantidades do petróleo importado). (Ver tabela I)

14. Dessa forma, foram construídas mais duas hipóteses (tabela I) sobre o comportamento do balanço de pagamentos, nas quais foram admitidas as possibilidades de equilíbrio e de déficit de US\$ 1 bilhão na balança comercial.

Essas simulações sugerem que, mantidas inalteradas as hipóteses com relação a serviços, o déficit em transações correntes em 1981 deverá flutuar entre US\$ 10 e US\$ 12 bilhões e a necessidade de empréstimos em moeda, entre US\$ 13 e US\$ 15 bilhões.

15. Vale notar que, relativamente às exportações, admitiu-se como hipótese básica crescimento de 29%, inferior, portanto, àquele obtido em 1980 (32%). As hipóteses alternativas II e III incorporam fundamentalmente a possibilidade de conjugação de fatores menos favoráveis nos mercados de café, açúcar e minério de ferro, associada a dificuldades relativamente maiores na colocação de produtos industrializados.

16. No lado das importações, a elevação admitida no respectivo valor, em relação a 1980, decorre basicamente de crescimento de cerca de US\$ 2 bilhões nas

importações que não petróleo.

Esta hipótese pressupõe significativo progresso na redução das importações de petróleo, de vez que seu preço médio para o País deverá elevar-se de US\$ 29 por barril, em 1980, para cerca de US\$ 36, em 1981, devendo o volume importado, consequentemente, se reduzir para 750 mil barris diários.

17. Considerando que é vital a consequência da melhoria na balança comercial em 1981, o governo manterá toda firmeza na administração de políticas que favoreçam o alcance desse objetivo, especialmente nas áreas monetárias e fiscal, e de medidas que possibilitem a redução do consumo de petróleo.

"A necessidade de minimizar o crescimento da dívida"

18. Observe-se, inclusive, que o crescimento projetado para as demais importações — 16% — incorpora margem de flexibilidade para, mediante o acionamento de novos mecanismos de compensação, acomodar eventual necessidade de gastos adicionais com petróleo, viabilizando-se, mesmo em tais condições, a obtenção do superávit comercial.

19. De qualquer forma, e considerando as incertezas ainda existentes, as alternativas de equilíbrio da balança comercial ou de redução de seu déficit para US\$ 1 bilhão já representarão importante progresso na estratégia de correção dos desequilíbrios de nossas contas externas.

20. De outro lado, o exame das séries históricas relativas ao comércio exterior do Brasil, nos últimos anos, demonstra a possibilidade de se conseguirem resultados positivos, em prazos relativamente curtos, no tocante ao perfil da balança comercial do País.

21. Com efeito, a tabela II mostra que o volume físico das importações de petróleo cresceu à taxa média anual de 6,5%, entre 1973 e 1979. No mesmo período, o Produto Interno Bruto cresceu, aproximadamente, 6,9% ao ano. Assim, até 1979, ainda não se havia verificado redução efetiva na utilização de petróleo importado. Dessa forma, excluindo-se os resultados já obtidos em 1980, o espaço ainda existente para poupar petróleo, sem afetar drasticamente a capacidade de produção do País, parece ser bastante significativo. Esta economia deverá ser obtida principalmente através de mecanismos de mercado

(Continua na página seguinte)

O documento básico da área externa

(Continuação da página anterior)

centralizados na manutenção de uma política realista de preços de derivados de petróleo.

22. Por outro lado, o índice de "quantum" das exportações cresceu à taxa média anual de 5,7% entre 1979 e 1980. Comparando-se essa taxa com o crescimento do PIB — 6,9% ao ano —, conclui-se que diminuiu a percentagem do Produto Interno Bruto destinada às exportações. Não parece, por conseguinte, haver-se configurado, até 1979, qualquer sacrifício adicional de consumo doméstico, imposto pela realidade dos preços do petróleo a partir da crise do final do ano de 1973.

23. Sem considerar eventuais problemas de comercialização externa, estes dados servem para demonstrar a existência no âmbito doméstico de capacidade produtiva capaz de atender significativo crescimento das exportações, nos próximos anos. O próprio aumento do valor das exportações observado em 1980 — acima de 23% — é uma comprovação de tais possibilidades. (Ver tabela II)

II. 1.1 Exportações

24. As perspectivas existentes atualmente, quanto às vendas externas dos produtos primários de maior expressão e quanto às possibilidades de expansão da receita dos produtos industrializados, permitem que as estimativas para o valor das exportações brasileiras se situem entre US\$ 24 bilhões e US\$ 26 bilhões em 1981.

25. A variação nas projeções é função do desempenho que se antecipa para os produtos primários — entre 7,6 e 17,9% — e para os produtos industrializados — de 2,4 a 39%.

26. Com relação aos primários, o crescimento esperado no valor das vendas de produtos como açúcar e soja permite compensar eventual redução prevista nas receitas com o café em 1981, relativamente a 1980. Estima-se que as exportações desse produto se situarão entre US\$ 2,6 bilhões e US\$ 2,2 bilhões, na primeira e na terceira hipóteses, respectivamente, que se compararam a cerca de US\$ 2,8 bilhões obtidos em 1980.

27. Para os produtos industrializados, e não obstante as perspectivas pouco favoráveis das economias industrializadas em 1981, as metas levam em conta que a continuidade da política de diversificação de mercados e produtos, associada à manutenção de estímulos e de fluxo de crédito em níveis adequados, tornarão possível alcançar-se taxa de expansão no mínimo equivalente à verificada no período 1977/80 (30,3%).

28. Assim, existem reais possibilidades de que alguns itens particularmente relevantes na pauta, como máquinas e equipamentos e material de transporte, apoiados em programas especiais de exportação, continuem apresentando taxas de crescimento bastante satisfatórias, em que pese os efeitos desfavoráveis da desaceleração da economia mundial.

II. 1.2 — Importações

29. As possibilidades quanto aos valores a serem atingidos pelas importações, em 1981, apresentam dois aspectos básicos a serem destacados: o primeiro, relacionado com as despesas com a aquisição de

petróleo bruto, e o segundo, ao comportamento das demais importações.

30. A hipótese básica ligada ao petróleo é a de que a continuidade da política de elevação de preços e racionalização do uso de combustíveis, bem como o desenvolvimento de fontes alternativas de energia, irão permitir que a meta da diminuição do volume de importações de petróleo bruto, da faixa de 929 mil barris diários, em 1980, para 750 mil barris, em 1981, seja alcançada.

31. O consumo aparente de derivados de petróleo e álcool atingiu, no exercício de 1980, a média de 1.065,0 mil barris/dia, sendo 1.013,3 mil de derivados de petróleo e 51,7 mil de álcool, montante praticamente estável em relação a 1979.

Expectativa de desaceleração da inflação mundial

A economia de consumo foi altamente expressiva em relação à gasolina "a" (-15%) e óleo combustível (-6,5%), enquanto o consumo de óleo diesel ainda registrou um acréscimo de 9,5% devido ao retardamento no reajuste do preço.

As estimativas para 1981 partem de um consumo aparente desses produtos ao mesmo nível de 1980, isto é, 1.065.000 barris/dia. Deste total deve-se deduzir 58 mil barris equivalentes de álcool, aumento de 12,2% em relação ao ano anterior, petróleo nacional, cuja produção está, em média, estimada em 214 mil barris/dia, e derivados de carvão, em 8 mil barris/dia. Além disso, cerca de 35 mil barris serão obtidos por redução de estoque e/ou medidas adicionais de conservação.

Assim sendo, as necessidades líquidas de importação de petróleo poderão ser reduzidas à média diária de 750.000 barris, cujo custo de importação, na base de US\$ 36,0, em média, por barril, representará cerca de US\$ 9,8 bilhões, em 1981.

Tal hipótese para a importação de petróleo já contempla a possibilidade, no caso de eventuais dificuldades na implementação do programa de carvão mineral, da utilização de pequena parcela dos estoques, cujos níveis de segurança foram amplamente elevados em 1980, isto sem contar a possibilidade de redução adicional do consumo, por meio da intensificação do programa de racionalização do uso de combustíveis.

32. Embora a previsão sobre o comportamento do preço do petróleo no mercado mundial envolva considerável margem de incerteza, é razoável antecipar, pela perspectiva de lento crescimento das economias industrializadas e a existência de elevados estoques nos países consumidores, que não haja novo choque, mantendo-se o ritmo de crescimento do preço do petróleo não muito acima da taxa esperada da inflação mundial para 1981.

33. Finalmente vale ressaltar que, em 1980, mantendo-se praticamente estável o consumo doméstico de petróleo, não obstante a elevada taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (8,5%) e, particularmente, a expressiva expan-

são do setor transporte (13%). Dessa forma, o menor crescimento da economia, antecipado para 1981, tornará, sem dúvida, relativamente mais fácil novos progressos na redução das importações do produto.

Os valores estimados para os gastos com demais importações, além de incorporar margem de flexibilidade para eventuais variações nas despesas com petróleo, estão condicionados a alguns aspectos essenciais de orientação da política econômica, a ser conduzida em 1981, e que se constituem fundamentalmente na conjugação:

a) das políticas monetária e fiscal, afetando o comportamento da demanda para consumo e investimento e, por consequência, os dispêndios com importações;

b) das decisões relativas ao suprimento doméstico de matérias-primas, bens de capital e gêneros alimentícios importados;

c) em particular, do orçamento de importações (exceto petróleo e trigo) do setor público, que prevê um aumento de US\$ 1,1 bilhão em 1981; e,

d) do desestímulo às importações privadas associada à implementação da Resolução nº 638 e a novas alíquotas do imposto Sobre Operações Financeiras incidentes nas operações de câmbio de importação de bens e serviços (25%). (Ver tabela III)

II. 2 — Serviços

34. As estimativas da conta serviço não afetadas pela expectativa quanto à evolução da taxa de juros no mercado financeiro internacional. Não obstante as altas taxas vigentes no decorrer de 1980, onde níveis acima de 20% estiveram presentes em certas fases do ano, espera-se que ocorra redução gradual nas taxas de juros em 1981, acompanhando a esperada desaceleração da inflação mundial. Assim, a taxa média de juros a ser paga pelo Brasil em 1981, sobre a parcela de sua dívida concentrada a taxas flutuantes, pode ser estimada ao redor de 15% ao ano, que se compararam aos 13,8% ao ano verificados em 1980.

35. Por outro lado, as receitas de juros deverão situar-se em valor inferior ao verificado em 1980, basicamente em consequência do novo patamar das reservas internacionais. Como resultado, a despesa líquida no item juros foi estimada em 1981 ao nível de US\$ 6,7 bilhões, representando acréscimo de US\$ 800 milhões em relação a 1980.

36. Quanto aos demais serviços, a elevação do déficit de US\$ 3,6 bilhões em 1980 para a estimativa de US\$ 4,3 bilhões, em 1981, reflete o comportamento esperado do item transporte, o qual é influenciado pela expansão do intercâmbio

comercial, com reflexos sobre os dispêndios com afretamento e despesas portuárias. Estimou-se, ademais, crescimento na receita de viagens internacionais, e, com relação a lucros e dividendos, o valor das remessas ao exterior vincula-se à evolução do estoque de capital estrangeiro investido no País.

II. 3 — Captação de recursos externos

37. Os resultados esperados no balanço de pagamentos em transações correntes — déficit entre US\$ 10,0 bilhões e US\$ 12,0 bilhões — implicam necessidade total de recursos situada na faixa de US\$ 18,0 bilhões a US\$ 20,0 bilhões. A hipótese básica adotada para o Balanço de Pagamentos, configura necessidade de recursos externos da ordem de US\$ 18 bilhões, dos quais US\$ 5 bilhões serão cobertos por investimentos diretos (US\$ 2 bilhões) e importações financiadas (US\$ 3 bilhões). Os restantes US\$ 13 bilhões incluem o "roll over" das amortizações da dívida externa, estimadas em US\$ 8 bilhões, restando US\$ 5 bilhões de recursos líquidos adicionais, ou seja, aproximadamente, situação idêntica à registrada em 1980, a não ser pelo fato de que o nível de Reservas deverá permanecer estável. (Ver tabela IV)

38. O aumento no montante de "supplier's credit" é plausível a partir da implementação da Resolução nº 638, que tornou compulsório o financiamento de parcela substancial das importações. Por outro lado, a Resolução nº 637, ao formalizar um mecanismo automático de equalização entre taxas de mercado e taxas especiais para a exportação, deverá ampliar os financiamentos concedidos pelos bancos internacionais aos importadores estrangeiros de produtos brasileiros.

39. Para efeito de mensuração do esforço de captação em 1981 se deve deduzir do total de empréstimos em moeda e outros capitais US\$ 1,4 bilhão relativo ao "carry over", tanto do setor público como do setor privado. Operações por esse valor, contratadas em 1980 ou antes, com desembolso previsto para 1981, agregam ao total do financiamento requerido para o exercício, sem, no entanto, onerar o esforço de captação do período. A necessidade de captação líquida de recursos externos deverá situar-se, portanto, entre US\$ 11,6 bilhões e US\$ 13,6 bilhões, considerando estabilidade nas reservas internacionais. Esse montante poderá ser ainda reduzido em cerca de US\$ 1,0 bilhão, pela possibilidade de novas negociações com cambiais de exportação.

40. A captação de recursos externos em 1981 será ainda estimulada, no que

concerne às operações 4.131 do setor privado às operações 63, por força do controle interno do crédito e da flexibilização das taxas de juros. O aumento da parcela de crédito obrigatoriamente destinada pelos bancos às empresas privadas nacionais constituirá também forma direta de induzir as empresas multinacionais a buscarem o crédito externo.

III. Indicadores da dívida externa

41. Estima-se que a dívida externa em 1980 atingirá aproximadamente US\$ 54,4 bilhões, com aumento de 9,0% em relação a 31.12.79, quando montava a US\$ 49,9 bilhões. Assim, os indicadores relativos ao endividamento externo não se deteriorarão em 1980 nem em 1981, de acordo com as projeções disponíveis para o Balanço de Pagamentos. Pelo contrário, haverá melhoria, com as exportações crescendo a taxas mais altas do que o estoque da dívida ou o seu serviço. Assim, a relação dívida líquida/exportações deverá passar de 2,64 em 1979 para 2,36 em 1980. De acordo com as hipóteses consideradas, esta relação deverá variar, em 1981, entre 2,04 e 2,30, isto é revelando melhoria, inclusive na hipótese menos favorável. Paralelamente, a razão serviço da dívida/exportações apresenta a mesma tendência de comporta-

mento, passando de 0,70 em 1979 para 0,64 em 1980 e 0,56 em 1981, na hipótese básica de trabalho. (Ver tabela V e VI)

42. Finalmente vale destacar que a dívida externa deverá manter o nível de crescimento registrado em 1980, aproximadamente 10%, num ritmo portanto próximo à inflação mundial e possivelmente inferior à taxa média de capitalização do sistema financeiro internacional. Dentro deste contexto, o Brasil continuará agilizando os mecanismos existentes de captação de recursos externos e redobrando os esforços para diversificação das fontes de suprimento.

TABELA III IMPORTAÇÕES DE PETRÓLEO BRUTO		
Preço Médio e Volume Físico		
Ano	Preço (US\$ por barril FOB)	Volume Físico Importado (mil barris/dia)
1973	2,77	705
1974	11,11	694
1975	10,48	718
1976	11,50	822
1977	12,30	816
1978	12,44	901
1979	17,11	1003
1980	29,00	929

1 - Preliminar.
Fonte: Petrobrás.

TABELA IV CAPTAÇÃO DE RECURSOS EXTERNOS EM 1981	
Valores em US\$ bilhões	
Discriminação	Hipótese Básica
Déficit em Transações Correntes	10,0
Amortizações	8,0
Necessidade de Recursos	18,0
Financiamento	18,0
— Investimentos Diretos (1)	2,0
— "Supplier's Credits" e financiamentos de Organismos Internacionais e Governamentais (2)	3,0
— Empréstimos externos em moeda e Outros Capitais	13,0

(1) — Líquido de investimentos estrangeiros no Brasil e de investimentos brasileiros no exterior
O ingresso de investimentos estrangeiros em moeda foi estimado em US\$ 2.054 milhões — 19% acima do valor observado em 1979 e 40% acima do estimado para 1980. Tal incremento se justifica pelo desenvolvimento de grandes projetos — Carajás, Albrás, Alunorte, etc.

(2) — Inclui o resultado líquido dos financiamentos brasileiros ao exterior, apresentando a seguinte composição:

— Financiamentos de importações e empréstimos de Organismos Internacionais e Agências Governamentais	+ US\$ 4.000 milhões
— Financiamentos de exportações Brasileiras	- US\$ 1.360 milhões
— Amortizações de financiamentos brasileiros	+ US\$ 367 milhões
VALOR LÍQUIDO	+ US\$ 3.007 milhões

TABELA V INDICADORES DA DÍVIDA EXTERNA E RESERVAS INTERNACIONAIS			
— Valores em US\$ bilhões —			
DISCRIMINAÇÃO	1979	1980	1981
Dívida Externa (valor)	49,9	54,4	60,0
Reservas (valor)	9,7	6,9	6,9
Reservas (em meses de importação)	6,4	3,6	3,3
Dívida Líquida (Dívida Externa menos Reservas) (valor)	40,2	47,5	53,1
Exportações de Mercadorias (valor)	15,2	20,1	26,0
Serviço da Dívida (valor)	10,7	12,9	14,7
Dívida Líquida/Exportações	2,64	2,36	2,04
Serviço da Dívida/Exportações	0,70	0,64	0,56

TABELA VI ESTIMATIVA DO VALOR DA DÍVIDA EXTERNA (Com base em dados do Balanço de Pagamentos)		
US\$ Bilhões		
Discriminação	1980	1981
1) Dívida Externa em início de período	49,9	54,4
2) Financiamentos e Empréstimos (Organismos Internacionais e Agências Governamentais, Supplier's Credits)	2,4	4,0
3) Empréstimos em Moeda (*)	9,1	9,6
4) Amortizações (de médio e longo prazos)	7,0	8,0
5) Dívida Externa em fim de período	54,4	60,0

(*) — Exclusive capitais de curto prazo e outros capitais, estimados em US\$ 3,4 bilhões para 1981.

TABELA II ÍNDICES DO COMÉRCIO EXTERIOR (Base: 1977 = 100)							
Ano	EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO		RELAÇÕES DE TROCA		
	Preço	Volume	Preço	Volume	Total	Exclusive Petróleo	
1973	56,4	87,6	58,9	85,2	27,8	84,9	83,0
1974	71,0	89,3	90,7	115,0	92,6	86,6	77,9
1975	71,0	98,3	93,6	109,0	93,6	90,8	75,2
1976	82,0	99,4	96,2	108,0	96,1	101,0	85,2
1977	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1978	92,0	113,0	107,0	105,0	101,0	111,0	86,0
1979	101,0	122,0	130,0	112,0	135,0	124,0	77,7

FONTE: Fundação Getúlio Vargas.